



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE REGISTRO OFICIAL E REDAÇÃO PARLAMENTAR
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 8 de julho de 2026

(quarta-feira)

Às 14 horas

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Sras. e Srs. Deputados, internautas acompanhando todos nós aqui presentes, meus caros assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que estão aqui para acompanhar esta reunião extraordinária de audiência pública, quero dizer que estou declarando iniciada a 5ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública de 2026, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Daniel Cardoso Leal, a quem chamo para compor a Mesa — todos os três já estão aqui —, que fará sua apresentação para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2026, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero só lembrar que essa obrigatoriedade não é só da União. Estados e determinados Municípios são obrigados a cumprir o estabelecido pela Lei Complementar nº 101.

Além do Dr. Daniel, estão aqui conosco o Dr. David Athayde, Secretário-Adjunto, e o Dr. Luiz Fernando, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, para acompanhar esta reunião extraordinária de audiência pública que estamos fazendo neste exato momento.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Isso tem sido muito batido nesta Casa para não nos desvirtuarmos da matéria que vai ser debatida. Portanto, a interpelação deverá ser feita estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos que temos estabelecido. Em algumas audiências, a gente tem até diminuído o prazo para 3 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta. Então, para os Srs. e as Sras. Parlamentares que desejarem fazer sua inscrição, está devidamente aberto o sistema.

Passo a palavra ao Secretário do Tesouro Nacional, o meu caro Sr. Daniel Cardoso Leal.

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, participantes presentes.

Eu compareço aqui a esta Comissão e agradeço o convite do Deputado Mauro, do Deputado Domingos e de todos os Parlamentares para prestar os esclarecimentos quanto ao cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026, como determina o § 4º do art. 9º da LRF.

A gente preparou uma apresentação breve para contextualizar e demonstrar aqui os resultados. A gente pode, depois, voltar aqui, caso haja dúvida, e abrir para o debate.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou começar contextualizando aqui um pouco o cenário macroeconômico e fiscal.

É importante destacar o crescimento econômico resiliente que o País vem enfrentando e tem contribuído principalmente para a sustentabilidade da dívida e o atingimento das metas fiscais estabelecidas.

A inflação está em processo de convergência, o mercado de trabalho ainda está robusto e a manutenção do ambiente externo ainda com incertezas que demandam uma cautela na execução da política econômica. Esse tem sido o trabalho aqui do Tesouro Nacional para poder entregar resultados mesmo com esses desafios à frente.

A gente mostra o destaque para a resiliência econômica: o País crescendo acima da tendência nos últimos anos. Quando você compara, a Zona do Euro e o Reino Unido estão crescendo abaixo; os Estados Unidos, acima; e o Brasil crescendo acima da sua tendência, diferente dos países da América Latina e principalmente da China. Isso mostra uma virada econômica, que é resultado de todas as reformas que foram implementadas nesses últimos anos.

Este eslaide mostra o histórico do crescimento do PIB. A gente tinha uma média de 1,4% ao ano em períodos anteriores e agora, no período mais recente, temos uma média de 3% ao ano de crescimento, o que corrobora essa resiliência econômica.

Em relação aos resultados fiscais, há uma trajetória aqui de despesas e receitas como proporção do PIB. Depois de vários anos em que a gente tinha um *gap* muito grande, agora a gente está já se aproximando para, em breve, poder entregar o resultado primário positivo. Vemos as despesas em proporção do PIB sendo estabilizadas e as receitas sendo recompostas exatamente para que, no futuro próximo, o resultado primário seja entregue positivo.

Este eslaide mostra os últimos resultados, os últimos anos e as metas até 2030. Em 2024, o resultado foi negativo em 0,36% do PIB; em 2025, em -0,46%; e a meta, para 2026, em 0,25% positivo; em 2027, 0,5%; em 2028, 1%; em 2029, 1,25%; e, em 2030, 1,5%.

É importante destacar que esses resultados seriam suficientes para estabilizar a dívida pública em percentual do PIB e, a partir de 2029, ela começar a reduzir, chegando a 83,4% em 2036. Então, a gente tem um crescimento ainda até 2029 e, depois disso, estabilização e queda com esses resultados previstos.

Um outro ponto que eu acho importante destacar, que corrobora tanto a resiliência econômica quanto as entregas dos resultados primários, é a diferença da dívida bruta em percentual do PIB quando comparado com outros países da região. O Brasil estava com um *gap* ali por volta de 20%, e hoje essa diferença para as outras economias está muito menor: próximo de 10% na média. Corrobora ali o melhor momento comparado com os países da região, independentemente dos desafios econômicos e dos desafios externos que a gente tem tido experiência nesse passado mais recente.

Aqui é mais para mostrar uma das fortalezas do País. Quando você compara reservas internacionais e dívida externa, o Brasil é credor externo, com um total de reservas de aproximadamente 15% do PIB e a dívida externa soberana bruta de aproximadamente 10% do PIB. A diferença é de 5%. Na verdade, aqui são 5% de externa e 5% de não residentes. Ele soma os dois: o que a gente tem em moeda estrangeira e o que a gente tem de não residentes na dívida pública.

Aqui estão as melhoras que aconteceram no período mais recente, que levaram a *upgrades* pelas agências de *rating*. O Brasil continua buscando o grau de investimento para os próximos anos.

Agora entro no relatório em si. Então, como comentado, a LDO estabeleceu que, em até 30 dias após a publicação da LOA, a gente tem que publicar o "*cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei*".

Também o art. 9º da LRF e o art. 166 da LDO determinam que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, seja encaminhado ao Congresso Nacional, até 3 dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário e da trajetória da dívida pública federal, com as justificativas de eventuais desvios e a indicação de medidas corretivas que podem ser adotadas.

Foi enviado o relatório, e agora a gente está aqui para apresentar os principais resultados.

O Governo Central realizou um superávit primário de 9 bilhões de reais, cumprindo a programação para o quadrimestre, e as empresas estatais apresentaram um déficit de 6,5 bilhões de reais no primeiro quadrimestre.

Agora a gente traz um quadro do acompanhamento do limite de despesas primárias por Poder. Estão aqui a base; o limite de 2026; a dotação atualizada; as despesas pagas de janeiro a abril de 2026. A gente percebe que está tudo dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 200, de 2023, e que os pagamentos estão no cronograma correto para que esses limites não sejam ultrapassados.

Entro um pouco na evolução da Dívida Líquida do Setor Público. Em 2026, até março, a DLSP subiu de 65,2% do PIB para 66,8% do PIB, o que se explica principalmente pelos juros nominais, que respondem por 2,1 pontos percentuais. E a evolução do PIB foi o fator mais relevante no sentido de reduzir a razão da dívida líquida do setor público sobre o PIB. Faço o mesmo exercício para a Dívida Bruta do Governo Geral, um indicador bastante acompanhado, principalmente no comparativo com outras economias. Em 2026, até março, a DBGG subiu 1,4 pontos percentuais e foi para 80,1% do PIB. Essa elevação, mais uma vez, é explicada primordialmente pelos juros nominais, de 2,4 pontos percentuais. A evolução do PIB, também mais uma vez, foi o fator que atuou reduzindo essa razão de dívida/PIB em menos 1,2 pontos percentuais.

Aqui a gente fecha e só mostra o último resultado do bimestral, a avaliação na LOA. Como resultado primário, a previsão era de menos 22 bilhões de reais. No primeiro bimestre, a gente estava com menos 59 bilhões de reais e, na avaliação do segundo bimestre, com menos 60 bilhões de reais.

Há deduções estabelecidas na Emenda Constitucional nº 136 e nos dois outros normativos. Então, você chega ao resultado primário, após as deduções, de 4 bilhões de reais.

Era isso que a gente trouxe para apresentar e demonstrar o cumprimento das metas, que estava já no primeiro eslaide da segunda parte da apresentação. Estamos abertos para responder às perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Eu pergunto se o Dr. David Athayde ou o Dr. Luiz Fernando Alves deseja falar, ou se ambos desejam falar ou explicitar alguma coisa. *(Pausa.)*

Não. O.k.

Então, vamos começar os debates para quem tiver alguma dúvida sobre as informações colocadas até agora.

A minha primeira pergunta é a seguinte: quais são as despesas excluídas para apuração do cálculo do resultado primário? Existem várias despesas, e a maneira como o Tesouro apura o resultado primário é diferente de como o Banco Central apura o resultado primário.

O Banco Central apura pela variação da dívida líquida, e nós aqui apuramos pela regra estabelecida acima da linha. Entretanto, por lei, algumas despesas estão fora do cálculo do resultado primário. Quero só pedir que explicitem que despesas são essas. Eu me lembro bem de precatórios, que são retirados do total. Pelo que me recordo, neste ano, 57 bilhões de reais estão sendo retirados, além de outras despesas. Eu discutia ontem, na reunião de Líderes, que inclusive há uma parte do Exército, se não me engano, de 2,5 bilhões de reais — eu não lembro.

Sr. Daniel, queria que o senhor explicitasse que valores são esses, até para a gente tomar conhecimento de por que há essa diferença entre o que o Banco Central apura e o que o Tesouro apura, para ficar mais claro isso.

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Só para esclarecer um ponto, o Tesouro apura, de fato, acima da linha, e o Banco Central apura abaixo da linha, pela variação da Dívida Líquida do Setor Público, mas o Tesouro apura o mesmo resultado que o Banco Central.

A gente tem, eventualmente, algumas discrepâncias metodológicas, mas que são sobre a forma de apuração. Elas já foram até objeto de análise do Tribunal de Contas, que confirmou que a metodologia está exatamente correta e que essas discrepâncias fazem parte do processo.

Acontece que o Tesouro apura o resultado exatamente igual.

Você pega essas despesas que podem ser deduzidas da meta. Então, se o Banco Central apurar 10, o Tesouro vai apurar 10, se o Banco Central apurar 50, vai apurar 50, menos 50, menos 50. Após essa apuração, a gente vai pegar aquelas despesas que podem ser deduzidas para fins de cumprimento da meta. Não é uma discricionariedade do Ministério da Fazenda. Isso é uma lei que foi, inclusive, aprovada pela Casa.

Como o Deputado já mencionou, as principais despesas são precatórios, projetos de defesa nacional e despesas temporárias de saúde com recurso do Fundo Social. São essas as principais despesas que podem ser deduzidas para fins de cumprimento da meta.

Outro ponto importante destacar é que todas as projeções que são feitas pelo Tesouro Nacional para fins de sustentabilidade da dívida, que é, de fato, o que é importante, consideram a meta efetiva. Não retiram as deduções e acham que a meta foi menor. Elas consideram, de fato, o resultado real.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Eu vou fazer três perguntas, mas duas eu já tinha feito anteriormente.

O Brasil usa o tripé macroeconômico: câmbio flutuante, metas de inflação, resultado primário. Portanto, as metas são estabelecidas só para a despesa primária. Despesa financeira em nada é determinada.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há limite da dívida pública. Aqui no Brasil, o sistema financeiro não deixa colocar limite da dívida *"Ah, como é que nós vamos manusear os juros, não sei o que mais lá"*. Isso é feito na Alemanha, isso é feito...

Eu mesmo já assisti a duas audiências no Congresso Nacional, quando o Governo Federal descumpriu o tamanho de dívida que foi acertado na lei orçamentária. Ele teve que ir lá explicar por que aquela dívida teve que ser aumentada, desfazendo-se.

Eu já apresentei, durante 3 anos, Dr. Daniel, emenda para limitar a dívida pública, mas é impressionante como eu não consigo fazer a mesma coisa que outros países no mundo afora já fazem.

Portanto, não é problema de limitar juros. É problema de gerenciar realmente a dívida pública, até porque, de 1999, quando foi instituído o tripé macroeconômico, até hoje, nunca existiu um superávit primário capaz de pagar, pelo menos, os juros — nunca —, nem mesmo nos anos em que o primário foi positivo.

Os juros são tão absurdamente colocados que a gente não entende por que eles são tão elevados no Brasil. Isso é uma coisa dada. As pessoas aceitam o juro que o Banco Central fixou. O do Tesouro é um pouco diferente. Aliás, estão fazendo Ipca mais 8%, se eu não me engano, para financiar. Enfim, é uma coisa dada, certa.

Ai de quem questionar isso, viu, Dr. Daniel? Eu tenho ido a São Paulo algumas vezes a convite do sistema bancário. Ai de quem fizer um questionamento sobre isso.

Eu pedi aos meus alunos para olharem a taxa de juros real da Rússia e a taxa de juros real de Israel. Na Rússia, que está fora do sistema financeiro internacional e está em guerra, a taxa de juros é a segunda maior do mundo, 8%; a do Brasil é 10%, ou 9 ponto alguma coisa.

Eu fui olhar a de Israel, que está guerra com Gaza, com os houthis, com o sul do Líbano, que está guerra com o Irã... Os bancos também estão duvidando: será que essa dívida vai ser paga? Será que ela é sustentável a longo prazo? Os bancos não querem financiar essa dívida — lá é 4,5%.

No Brasil, mesmo com 40 ou 50 bilhões de déficit primário, a gente tem que ter uma taxa de juros que é um absurdo, no meu entender. Obviamente, eu respeito a opinião do Banco Central.

Dr. Daniel, a pergunta é a seguinte: como é que nós podemos fazer estimativa da sustentabilidade da dívida se essas taxas de juros são determinadas pelo Banco Central, como referência, ou pelo sistema financeiro, que dizem o que querem pagar? É verdade que o Tesouro, aqui e acolá, decide algumas vezes não honrar o que eles estão pedindo — muitas vezes pagam, muitas vezes não aceitam. Eu quero saber como é que é feita essa dinâmica, se essa taxa de juros não é uma coisa de domínio do Tesouro Nacional.

Terceiro ponto: por que só o Brasil tem que ter reservas internacionais 15% maiores do que a dívida soberana, maior do que a dos outros países do mundo inteiro? Aliás, aqui estão só os países emergentes. O Brasil tem 370 bilhões em reservas cambiais, que é um custo altíssimo para o Tesouro, porque o Brasil é deficitário. Ele tem que colher dinheiro para comprar dólar, e, quando colhe dinheiro a 14% ou a 15%, vai receber remuneração de 3% ou 3,5%, mas todo mundo acha muito legal. Eu tenho certeza de que o Dr. Daniel vai me ensinar hoje. Eu preciso aprender por que é que esse negócio é assim.

Quarto ponto: ajustes metodológicos, 70 bilhões. Eu queria entender isso.

Estamos falando de 70 bilhões. O que são ajustes metodológicos e outros ajustes? Isso é para clarear para quem não é da área. O Tesouro sabe explicar muito bem isso.

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Obrigado.

O Tesouro está sempre aberto para a gente debater. Acho que o debate é sempre importante para explicar e para a gente chegar a uma conclusão melhor, porque está todo mundo lutando pelo mesmo objetivo.

Com relação ao limite da dívida, eu não vou ser prepotente e falar por que o juro do Brasil seria grande. Os três fatores principais que impactam a dívida pública são o crescimento econômico, o resultado primário e a taxa de juros.

Então, em que pese a gente não ter um resultado primário que seja suficiente para pagar os juros, eventualmente você pode ter um resultado menor desde que você esteja crescendo. Aí você consegue ter, de fato, uma dívida sustentável.

Eu estou falando do que diz o estudo, o livro-texto. Com certeza, a gente está com um resultado primário que não paga o suficiente de juros, nem com o crescimento resiliente que a gente tem. Por isso a gente demonstra o crescimento da dívida nos próximos anos.

Esses crescentes resultados primários alcançados para os próximos anos seriam o suficiente, com o crescimento econômico, com a confiança em juros mais baixos, aí sim, para a sustentabilidade da dívida.

O senhor levantou o ponto sobre a questão de limitar a dívida. O Tesouro não se opõe a nenhum tipo de indicador ou termômetro para avaliar as condições fiscais da economia, o tamanho da dívida, os resultados primários. Vários outros já foram comentados e todos eles são extremamente importantes.

Não existe limite de dívida no Brasil nem nos outros países. O que acontece é que, se você atingir aquele limite, você vai continuar pagando a dívida, pagando juros. A consequência que se defende são os gatilhos. Eles são todos nas despesas consideradas primárias — não nos juros e não na dívida. Não deixam de pagar os juros, não deixam de determinar qual é a taxa de juros e não deixam de pagar nada — Estados Unidos, Alemanha e todos os países.

No passado recente, quando foi ultrapassado nos Estados Unidos, especificamente, pessoas foram mandadas para casa, serviços públicos foram fechados, porque esses não seriam pagos para que, de fato, trouxessem a dívida para o patamar que estava combinado ou aumentassem o teto da dívida estabelecido.

Não temos um mecanismo de controle dessa parte. Ele é um importante indicador. Não há nenhum problema indicar. Toda vez que passar, você tem que falar que medida você vai tomar para trazer o resultado para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Quero fazer uma ponderação. Há limite, sim, na lei orçamentária. Quando se chega àquele limite, para museu, para tudo. Dá a oportunidade ao Congresso Nacional de saber por que aquele limite foi fechado. O Brasil não tem isso. Deve haver pelo menos o limite, para a pessoa explicar. "*A despesa primária foi essa, os juros estão dessa forma*". A minha ideia era tentar colocar um limite no tamanho da dívida para que isso pudesse ser explicado melhor.

Por que eu estou dizendo isso? Em 2024, ou em 2025, a dívida pública aumentou mais ou menos 1 trilhão de reais. Nós fomos examinar quais foram os fatores que contribuíram para esse aumento. Primeiro, *swap* cambial de 42 bilhões. Eu li o relatório do Banco Central. Havia *swaps* de 55,32 no câmbio, terminou em 6,18. Ele garantia 5,32. Ele levou um rombo, em 2024, de 40 bilhões. Em 2025, ele ganhou, porque foi um revés, mas em 2024, foram 40 bilhões.

O Tesouro teve um déficit primário diferente do Banco Central — vou usar o do Banco Central. O Tesouro usava, pela lei, 18 bilhões, mas houve 28 bilhões do Rio Grande do Sul, 600 bilhões das intempéries climáticas, 2 bilhões do Pé-de-Meia, enfim, deu 41 bilhões. Então, 40 bilhões com 41 bilhões dá 81 bilhões. O resto são juros da dívida pública.

Portanto, se não houver um acompanhamento do tamanho total disso, nós vamos ser engolidos. A despesa primária vai lá para baixo.

Fiquei muito feliz, Dr. Daniel — inclusive vou fazer um pronunciamento no plenário —, quando vi que a despesa primária sobre o PIB realmente está mais ou menos em 18,5 ou 18,6, ou seja, não é a causa da elevação extraordinária da dívida pública. Isso eu vou dizer para os meus colegas amanhã ou na próxima terça-feira.

O pessoal fala que "*a despesa primária cresce demais, que é a causa dessa dívida pública que cresce insustentavelmente*", mas, na realidade, há outra razão para esse crescimento desordenado da dívida pública, e assim por diante.

Eu entendi o argumento.

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Vou passar para o segundo ponto, que é por que o Brasil tem reservas internacionais. Essa é uma atribuição do Banco Central. Reservas internacionais — tanto a constituição quanto a administração — são de responsabilidade do Banco Central. Principalmente agora, no ambiente externo mais desafiador, elas têm se mostrado um seguro muito positivo para que você seja blindado ou, pelo menos, sofra os efeitos externos mitigados, quando se compara com outras economias que têm maior exposição ao câmbio, ou dívidas externas maiores, ou que não têm reservas internacionais, que acabam sofrendo muito mais com esses choques externos.

De novo, isso é uma consequência do que a gente tem observado na economia no período recente, mas essa é uma atribuição do Banco Central.

E a última foi...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Sobre os ajustes metodológicos e outros ajustes, no valor de 70 bilhões.

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Sim, os ajustes metodológicos. São vários motivos. Acho que esse ponto específico eu vou deixar o Luiz comentar aqui rapidamente, porque ele vai ter um detalhe técnico melhor.

O SR. LUIZ FERNANDO ALVES - Primeiro, boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente.

Nessa tabela, a gente segue uma decomposição que vem da própria metodologia que o Banco Central utiliza ao apurar os fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. É importante destacar um aspecto. Dívida líquida significa que eu tenho os passivos, mas eu tenho também a dedução de ativos; e, como ativo, o destaque aqui são as reservas internacionais. A reserva entra porque eu estou falando de setor público nesse indicador.

Isso é importante porque, quando eu falo de ajustes metodológicos e outros ajustes, a essência desse número — não estou falando 100%, porque eu não tenho o detalhamento aqui agora —, a maior parte desse valor é ajuste cambial. É principalmente o efeito da variação cambial sobre as reservas internacionais, sobre a parcela de dívida externa também, mas o que fica preponderante aqui é esse resultado líquido de reservas internacionais menos a dívida pública externa.

No contexto em que houve uma apreciação do câmbio — que foi o que aconteceu nesse período de 2025 a março de 2026 —, houve uma queda do valor das reservas internacionais em reais. É basicamente um efeito contábil de marcação a mercado do valor das reservas internacionais. Então, em reais, elas valem menos. Está lá o mesmo montante de reservas, o mesmo valor em dólar, mas, quando eu apuro no valor da moeda nossa, ela está valendo menos. Isto aqui, na estatística de dívida líquida do setor público, representa um aumento da dívida líquida do setor público.

Para isso não aparecer como resultado primário ou resultado de juros, há essa separação metodológica para que esse efeito do câmbio, que é só uma questão mais contábil ali, não contamine os resultados essenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Eu quero agradecer, portanto, ao Dr. Luiz Fernando pelo clarear dessa questão. A gente fica sempre atrás de entender cada item, o que, às vezes, fica mais difícil.

Quanto ao ajuste metodológico tomado, primordialmente, pelo câmbio, realmente em 2025, o Banco Central teve um ganho de *swap*, porque o dólar diminuiu. Quanto a 2026, eu não sei o que vai acontecer, no final do ano, com o câmbio especificamente.

O FMI, que tem um modelo matemático sobre reserva cambial, diz que você só precisa ter 80% dos seus contratos cambiais. Basicamente, há muito contrato de importação, que é o maior valor que existe, ao qual, realmente, você deveria dar segurança. Se isso fosse verdade, o Brasil deveria ter, no máximo, 240 bilhões de dólares em reserva cambial e não o montante que tem. Esse não é nem um conceito nosso, é um conceito do Fundo Monetário Internacional.

O Brasil sempre achou melhor ter mais reserva. Mas, em todas as crises e instabilidades, nunca a reserva funcionou. Em todas as instabilidades, Daniel, o Brasil sempre sofreu com o câmbio oscilando, sempre sofreu com o processo inflacionário. Sempre foi assim. Ou seja, essa reserva, na realidade, nunca produziu efeito, até porque o montante que está sendo colocado é muito maior do que aquilo que já daria segurança, que são os 240 bilhões de dólares que a modelagem lá estabelece.

Enfim, por mim, as perguntas estão devidamente respondidas.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado e meu companheiro, Ministro Ricardo Barros, que falará pelo Zoom.

Deputado Ricardo, V.Exa. consegue me ouvir?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sim. Vocês estão me ouvindo aí?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, ouvimos muito bem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Obrigado.

Eu queria tratar de uma questão que se refere às garantias, ao aval que o Governo Federal dá aos empréstimos públicos.

A Secretaria do Tesouro Nacional aprovou vários empréstimos, mas muitos deles estão ainda pendentes de liberação pelo Ministro. Qual é a dificuldade? Há problemas com o limite de garantias? Por que os empréstimos aprovados pela STN não têm sido publicados?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Tem a palavra o Dr. Daniel.

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Boa tarde, Ministro Ricardo Barros. É um prazer conhecê-lo.

Eu teria que verificar o caso específico, para poder me manifestar se haveria algum problema com o empréstimo ou se estaria tudo certo, aguardando apenas a assinatura ou a liberação pelo Ministro.

O Tesouro concede os empréstimos. Há todo um procedimento e um processo bem transparentes, que podem ser consultados no *site* do Tesouro.

Existem alguns limites à disposição do setor financeiro, para o setor público, que são determinados pelo Conselho Monetário Nacional. Em alguns momentos, não é assinado o empréstimo porque o limite já foi ultrapassado. Aí tem que se reanalisar o limite, o que é feito para o setor público como um todo.

Então, sem ver o caso específico, eu não tenho como falar se o processo está todo correto e só falta assinatura, ou se há alguma outra coisa que está retendo a assinatura do empréstimo.

O procedimento é bem fluido e transparente e pode ser consultado. A Secretaria do Tesouro está à disposição para esclarecer qualquer dúvida específica.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Obrigado.

Realmente, a Secretaria fez a análise, e está tudo certo. Mas eu diria que existe, no Gabinete do Ministro, um acúmulo de processos aprovados pela Secretaria do Tesouro. Neste momento, há problemas com o limite de garantias do Governo Federal?

O SR. DANIEL CARDOSO LEAL - Não se trata de problema de limite com o Governo Federal, pois o limite é estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Há algumas linhas. Há uma tabela que pode ser consultada e, acho, está praticamente em tempo real — parece-me que ela é atualizada todo dia, no *site* do Banco Central —, que determina o limite à disposição do setor financeiro, para o setor público. Pode ser que esse limite, talvez, esteja segurando um pouco e não haja fluidez para a saída de todos esses empréstimos.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Está bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Não há mais inscritos.

Eu agradeço o comparecimento do Sr. Daniel Cardoso Leal, Secretário do Tesouro Nacional, do Sr. David Athayde, Secretário-Adjunto, e do Sr. Luiz Fernando Alves, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, bem como dos demais Parlamentares presentes.

Não havendo mais nada a deliberar, está encerrada a reunião.

QUARTO SEM ÁUDIO